



Número: **0802470-65.2019.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Apodi**

Última distribuição : **06/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA IRES DE MORAIS (AUTOR)		KALYL LAMARCK SILVERIO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47595941	06/08/2019 12:14	DPVAT	Documento de Comprovação



À uma das Varas Cíveis da Comarca de Apodi – Rio Grande do Norte.

MARIA IRES DE MORAIS, brasileiro, solteira, agricultora, CPF nº 011.009.774-22, com endereço no(a) Rua Vereador Celso Marinho, nº 103, Centro, Apodi/RN, através de seus advogados por força de instrumento procuratório, com endereço de escritório no impresso, vem a presença de V. Ex^a., propor a seguinte:

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Contra os(as). Apresentando ao polo passivo o(a) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa Jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP. 20.031-205; na pessoa de seu(s) representantes legais, pelas razões a seguir expostas:

Rua Melo Franco, 122, Centro,
Mossoró – RN; CEP 59.600-165.



(84) 3316-0299
klamarck@gmail.com

Pág. 1



1. FATOS

Em 29 de janeiro de 2018 a Requerente vinha conduzindo a motocicleta de Marca/Modelo HONDA/CG 150 FAN ESDI, Placa: PMX6294, Ano 2014/2017, na Rua Vereador José Dionísio de Moraes, nº 131, Baixa do CAIC, Apodi/RN, quando um automóvel, não identificado colidiu com a motocicleta e a vítima veio a cair (documento em anexo).

O acidente resultou a Requerente escoriações diversas e um corte profundo na cabeça, sendo atendido no Hospital Helio Marinho e Marinho em Apodi, em seguida transferida para o Hospital Tarcísio Maia, na Cidade de Mossoró/RN onde recebeu atendimento médico (documento em anexo).

Conforme se depreende do Boletim de Ocorrência e do protocolo de Atendimento de Urgência, ambos anexos a presente, o trauma que acomete a vida da Autora foi decorrente do acidente de trânsito em comento.

Segundo o mesmo documento, depreende-se que em virtude do sinistro relatado acima, a Requerente sofrera danos irreparáveis, conduzindo-o à debilidade permanente com sequelas irreversíveis.

Requerendo administrativamente a indenização paga pelo seguro DPVAT, a requerente nada recebeu, conforme indeferimento em anexo.

Sendo assim, percebe-se que a Requerente deverá receber o equivalente a 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

2. DIREITO

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis 8.441/92 e Lei nº 11.482/2007, como política de Estado para indenizar as vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres.

O DPVAT é obrigatório a todos os veículos automotores, sem exceção, e deve ser pago juntamente com a cota única ou primeira parcela do IPVA, à vista, não



cabendo parcelamento do mesmo. A ratio legis dessa medida é justamente para garantir o pagamento imediato das indenizações das vítimas.

Importante esclarecer que a Lei do DPVAT prevê 03 (três) tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de via terrestre ou por cargas transportadas por esses veículos, sejam elas: 1º por morte; 2º por invalidez total ou parcial; 3º ou por despesas de assistência médica e suplementares, conhecidas como DAMS. Esta última modalidade prevê o reembolso de despesas devidamente comprovadas.

No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, pois como já relatado nos fatos, a parte autora sofreu um acidente de trânsito configurando assim, o direito de receber a indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, que tem como parâmetro indenizatório o dano/sequela sofrido pela vítima.

Vale ressaltar ainda, que os documentos acostados a inicial, **comprovam o acidente e a intensidade de sequela da vítima**, ora promovente, portanto, não há motivo que justifique a demora ou a negativa da promovida em indenizar o Autor com o valor que faz jus.

Com isso fica evidente que o direito da parte autora de receber a indenização referente ao Seguro Obrigatório é mais que providos.

No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, uma vez que houve vitimização do Requerente em acidente de trânsito, ocasionando limitação de movimentos de natureza permanente, conforme Laudo pericial já referido.

Quanto ao direito a percepção do seguro a Lei 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Infere-se no dispositivo legal infra citado que a indenização será devida mediante a "simples" ocorrência do acidente e do "dano" por ele provado.

A Lei 8.441/92, que alterou alguns dispositivos da norma anterior, foi ainda mais genérica e no seu art.7º afirma:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituídos, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992).

O beneficiário por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei nº 6.194 de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, que alterou a Lei do DPVAT, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares comprovadas.



Portanto, como se observa, fica evidente que a parte Autora em decorrência do citado acidente ficou com debilidade permanente, conforme mostra documentos anexos a presente e como provará através de perícia médica devidamente realizada por um médico ortopedista designada por este juízo.

Por fim, prudente ressaltar que a parte Requerente almeja tão somente uma indenização que lhe é própria por direito.

3. PROVAS

Para provar o alegado requer que sejam apreciados os documentos em anexo, bem como a submissão do Autor a exames médicos periciais através de peritos judiciais, no caso em tela será necessários um neurologista e um gastroenterologista, os quais poderão avaliar a sua real condição de saúde, sem prejuízo de qualquer outra prova em direito admitida.

4. PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) Que toda e qualquer intimação desta Ação seja realizada em nome do advogado **KARYL LAMARCK SILVÉRIO PEREIRA, OAB/RN 12766**, com endereço profissional e demais contatos neste impresso, sob pena de nulidade dos atos subsequentes.
- b) Desde já a **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, por ser a parte autora pobre na forma da lei, não podendo arcar com custas judiciais sem que tenha seu cotidiano afetado.
- c) A **CONDENAÇÃO DO REQUERIDO AO PAGAMENTO EQUIVALENTE R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), com as respectivas atualizações monetárias.
- d) A **CITAÇÃO DA PARTE DEMANDADA**, para querendo, apresentar defesa, sob pena de revelia.





5. VALOR DA CAUSA

Dá à presente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Respeitosamente,

Pede deferimento.

Mossoró, 6 de agosto de 2019.

KALYL LAMARCK SILVÉRIO PEREIRA

Advogado OAB/RN 12766

MARIA SIMONE REZENDE ALVES

Advogado OAB/RN 11083

Rua Melo Franco, 122, Centro,
Mossoró – RN; CEP 59.600-165.



(84) 3316-0299
klamarck@gmail.com

Pág. 6

